

Rasgar fronteiras para cooperar pela Sustentabilidade Total (2/3)

No texto anterior ficou reservada para este a apresentação de alguns pontos para uma abordagem holística da complexidade dos problemas mais urgentes, no angustiante panorama esboçado, bem como das respetivas interconexões.

Quando os recursos são escassos, quais afinal as prioridades a respeitar? Na mensagem conjunta Bartolomeu, Francisco e Justin, denuncia-se como maximizámos o nosso próprio interesse à custa das gerações futuras e como concentrando-nos na nossa riqueza, descobrimos que os ativos de longo prazo, incluindo a abundância da natureza, são consumidos em benefícios de curto prazo. Por exemplo, se é verdade que o lazer e a descompressão deviam ser um direito de todos, Guterres assume a coragem de denunciar, no referido discurso de 21 de setembro último, perante a Assembleia Geral da ONU, entre os fatores do desânimo do povo forçado à dura realidade do seu quotidiano, as passeatas prazenteiras de multimilionários pelo espaço, enquanto milhões padecem de fome.

De facto, precisamos de nos orientar por um mapa de prioridades que nos ajude na tomada de decisões face a efeitos contraditórios, pelo menos à primeira vista, que frequentemente emergem, particularmente quando se lida com a complexidade de densos emaranhados constituídos em lúgubres ameaças. Mesmo quando uma quantificação se mostra impossível, ou pelo menos difícil, podemos tentar ordenar prioridades entre subconjuntos de valores (quer sejam relativos à dignidade humana, quer sejam relativos ao nosso habitat planetário) que eventualmente pareçam em conflito. Tal permite estabelecer prioridades, pelo menos relativas, que orientem decisões sobre a direção dos esforços a desenvolver.

Para sermos capazes de erguer a inadiável resposta ao clamor da Terra temos de investir em reposicioná-la dentro de **Limites Planetários Seguros**. É no interior dessa área segura que temos de procurar o **Desenvolvimento Humano Integral** que responda ao clamor dos Pobres. Mas estas duas áreas, por sua vez, exigem uma cooperação regida pela vivacidade da área da **Democracia Global** que as determina e por isso as contém. Estas três áreas encaixam-se como abaixo representado, formando uma hierarquia de requisitos que define ainda no seu interior a **Economia Sustentável** que antes de mais serve toda essa superestrutura.

Num texto final, detalha-se por ordem decrescente de prioridade requisitos destas quatro áreas. Acresce, ao conjunto de quatro, um **Planeamento Inter e Intracomunitário** do Desenvolvimento Humano Integral. Na verdade, este Planeamento cumprindo limites democráticos e ambientais, é a instância harmonizadora e de reencaminhamento daquele Desenvolvimento, que a todo o tempo se faz e refaz. É onde, em fase de conceção tudo se antevê; é a instância que tudo acompanha; e é finalmente a que pode aferir a execução do planeado desenvolvimento e eventualmente classificá-lo de *triplo A*, até porque... é no planeamento que se *Antecipa*, é o planeamento que *Acompanha* e é o planeamento que faz a *Aferição*.

“O conceito de guarda – de responsabilidade individual e coletiva pelo dom que Deus nos deu – constitui um ponto de partida essencial para a sustentabilidade social, económica e ambiental”, lembram os três primazes Bartolomeu, Francisco e Justin.

Sendo impossível garantir o prazo em que os desenvolvimentos em direção à Sustentabilidade Total no espírito da Ecologia Integral poderão ganhar corpo definido e concreto na sua plenitude, assumimos a sua urgência inadiável, lembrando-nos com o poeta Sérgio Godinho, que “hoje é o primeiro dia do resto das nossas vidas”. O indispensável é que as comunidades articuladamente exijam participar no planeamento do desenvolvimento da Ecologia Integral e na sua execução. O Planeamento Democrático, participado pelas comunidades que se assumem protagonistas do seu próprio destino, conduz a própria vivência democrática a um patamar bem mais elevado.

